

Além da invisibilidade: a dominação masculina em Bourdieu e a resistência das operárias metalúrgicas de Caxias do Sul/RS (1975–1981)

Beyond invisibility: male domination in Bourdieu and the resistance of female metalworkers in Caxias do Sul/RS (1978–1993)

Stela Tondello Nardello¹, UFRGS

Resumo

Desde o início da indústria em Caxias do Sul, na primeira década do século XX, as mulheres estavam presentes, desempenhando funções repetitivas e de menor prestígio. Na segunda metade do século XX, o movimento feminista traz à tona discussões sobre direitos historicamente invisibilizados, no entanto, nas relações de dominação que permeiam esse contexto, persistem estruturas. Objetiva-se neste trabalho (I) realizar uma reflexão no campo conceitual a partir da obra *A Dominação Masculina* de Pierre Bourdieu (2002), (II) relacionando as denominações conceituais ao estudo das mulheres operárias metalúrgicas de Caxias do Sul no período de 1975 a 1981 a partir do *Jornal de Caxias*. Conclui-se que a dominação masculina se faz presente nas fontes analisadas, com ênfase nas manifestações de resistência que geram fissuras nas ordens de dominação simbólica, mesmo que sutis.

Palavras-chave: Trabalho; Operárias; Dominação masculina; Resistência.

Abstract

Since the beginning of the industrial sector in Caxias do Sul, in the first decade of the 20th century, women were present, performing tasks considered less prestigious and repetitive. In the second half of the 20th century, the feminist movement brought to the fore discussions about historically invisible rights. However, within the relations of domination that permeate this context, structures persist. This work aims to (I) conduct a conceptual reflection based on Pierre Bourdieu's work *Male Domination* (2002), and (II) relate these conceptual terms to the study of female metalworkers in Caxias do Sul from 1975 to 1981, based on the *Jornal de Caxias* newspaper. The conclusion is that male domination is present in the sources analyzed, with an emphasis on the manifestations of resistance that create fissures in the orders of symbolic domination, even if subtle.

Keywords: Work; Working women; Male domination; Resistance.

Introdução

Ao analisar diferentes perspectivas sobre os processos de dominação e de que forma esses se estabelecem em seus processos, Santana (1997) realiza um aprofundamento sobre a análise weberiana a partir também do aporte teórico de Bourdieu, considerando as ações e representações, ou as “expressões de si”, sendo ênfase concedida à dimensão simbólica. Tais violências poderiam constituir-se em violência objetivas - efetivas ou reais - ou subjetivas -

¹ Doutoranda em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Email: tondellostela@gmail.com.

simbólicas e sutis. É relevante sinalizar que, no campo de forças, as violências podem convergir, se sobrepor, substituir-se ou complementar-se, por exemplo.

Gradativamente e ao longo dos séculos, os pressupostos fundamentados em caracterizações biológicas que procuravam sustentar a concepção de uma inferioridade feminina natural com base em sua capacidade reprodutiva, restringindo-a ao trabalho de cuidado, foram colocados em discussão, seja por influência da pesquisa científica ou de movimentos sociais. Contudo, a desnaturalização das diferenças que permeiam as construções sociais de gênero ainda é necessária, fazendo-se relevante a reflexão acerca das simplificações realizadas sobre a feminilidade, masculinidade e suas manifestações, que reforçam o imaginário de uma mulher “delicada” e um homem “viril”, sendo a masculinidade inscrita nas instituições e corpos como *habitus*². Nesse sentido, as percepções do corpo derivam de construções em uma divisão sexual que por muito tempo demarcou o público e o privado, a primeira esfera correspondente ao masculino e a segunda ao feminino, por mais que o corpo da mulher circule em ambos espaços. Tais dicotomias, que por vezes são assimiladas como categorias naturalizadas, têm construção historicamente datada, e por isso podem ser transformadas (Fianco e Dourado, 2023, p. 11396).

Com relação ao que define socialmente as categorias de “feminino” e “masculino”, em *A Dominação Masculina* (2002), Bourdieu pontua sua constituição como correspondentes homólogos, a exemplo de alto/baixo ou claro/escuro³. Apoiado em tais dicotomias, ao feminino caberia a passividade e sensibilidade. Ao contrário, a concepção androcêntrica não necessitaria de legitimação, sendo a ordem masculina reforçada e consolidada socialmente de maneira constante e a virilidade enfatizada como dever do homem, apresentando ao mesmo tempo peso e privilégio, em uma atitude de “medo do feminino”.

Consoante Burckhart (2017), historicamente a dominação é moldada por narrativas, atuando em diversas mitologias e representações que resultam em construções sociais, conformando sexualidades e gêneros de modo hierárquico e subjugando as mulheres. Segundo o autor, “Essa visão patriarcal e androcêntrica faz, portanto, com que se crie um conjunto de oposição entre os sexos, de modo a estabelecer uma divisão do mundo entre o feminino e o masculino” (2017, p. 210).

² Segundo Setton, “*Habitus* é uma noção que me auxilia a pensar as características de uma identidade social, de uma experiência biográfica, um sistema de orientação ora consciente ora inconsciente. *Habitus* como uma matriz cultural que predispõe os indivíduos a fazerem suas escolhas [...]” (2002, p.61).

³ Nesse sentido, o autor aborda uma divisão a partir do feminino/masculino. Contudo, sabe-se que atualmente tal binarismo é questionado por outros estudos, sendo tal terminologia adotada nesse momento a fim de facilitar a compreensão leitora.

No que tange ao conceito de dominação simbólica, sua ocorrência não se dá de modo formal, mas de maneira sutil através dos comportamentos e falas espontâneas dos indivíduos, estejam eles na posição de dominadores ou como sujeitos submissos, dominados. Justamente por tais organizações simbólicas não serem perceptíveis em primeira instância, o sociólogo francês Pierre Bourdieu procurou direcionar-se a uma sociedade diferente da sua em certos aspectos, partilhando de determinadas simbologias a fim de que o olhar exterior não levasse à imposição de seu sistema simbólico. Assim, Bourdieu escolhe a sociedade de Cabila, no norte da África, por volta dos anos de 1960 (Fianco; Dourado, 2023, p. 11396).

Também, mesmo após correções serem realizadas em seu texto original, Bourdieu emerge a partir de um determinado contexto sócio-histórico, por volta dos anos 1990, onde a dicotomia entre o feminino e o masculino era reducionista. Diante disso, deve-se considerar o papel do pesquisador como atuante e resultado de seu próprio meio, uma vez que mesmo implícitos diante de dominadores e dominados, certos aspectos podem constituir-se como imperceptíveis mesmo diante daqueles que procuram denunciar tais violências, mas acabam realizando tal processo ancorando seus estudos em privilégios amparados pela academia, que muitas vezes revela uma tradição masculina de pensar a construção do conhecimento e o poder.

Na dominação masculina, a visão preponderante opera a partir dos olhos do dominador, em uma dinâmica que envolve o dominante e o dominado, onde se procura a correspondência a uma determinada identidade, que quando não ocorre é vista como diferença a ser simbolicamente dominada e hierarquizada. Com base em uma concepção falocêntrica, o enfoque seria concedido a um gênero, estando as demais concepções “em desenvolvimento”, sejam elas correspondentes ao feminino ou a homens que não traduzem o modelo idealizado da masculinidade considerada como “ideal”. Consoante Fianco e Dourado (2023, p. 11397), tal ideal se constituiria como irrealizável, alimentando-se precisamente de sua impossibilidade, refletida no dominador e no dominado.

Sob essa ótica, a dominação masculina fundamenta-se em variadas formas de violência simbólica, a exemplo da linguagem, construção da identidade e identificação, onde até mesmo as formas mais violentas de expressão podem ser naturalizadas como desejáveis, orientando uma visão de mundo que coloniza a subjetividade, podendo não restringir-se apenas à divisão feminino/masculino, mas viabilizando a interpretação de outras relações de dominação, como as presentes nas relações étnico-raciais e de classe social, por exemplo. Com base nessa perspectiva, o poder simbólico passa a conferir sentido à vida e às demais

estruturas sociais, difundido através da reprodução, sendo a violência simbólica responsável por assegurar essa dominação através de ações e discursos (Burckhart, 2017, p. 209).

Para que o processo de dominação simbólica se concretize, é necessário o compartilhamento de simbologias entre dominantes e dominados, influenciando suas formas de pensamento e tendo a cultura como um mecanismo que possibilita ao dominado aprender a pensar dentro da lógica do dominador, muitas vezes reproduzindo e defendendo a lógica que o mantém oprimido. Com base nisso, as instituições possuem fundamental importância na construção e reforço de pensamentos e comportamentos (Nascimento Gomes, 2016, p. 30).

Nesse sentido, a Igreja, família, escola e Estado contribuem diretamente para a opressão masculina sobre as mulheres em uma violência de gênero que enfatiza o papel das mulheres como restrito aos trabalhos de cuidado, além de uma visão frágil e inferior. Com base na transmissão geracional, padrões foram construídos e determinadas visões, perpetuadas. Com base nisso, pode-se compreender que as estruturas de dominação podem ser sedimentadas e perpetuar por séculos, propagadas como verdades incontestáveis por intermédio da tradição, fazendo com que o grupo dominado não disponha de recursos para denunciar a dominação (Nascimento Gomes, 2016, p. 30).

Dessarte, a dominação simbólica não se restringe apenas a atuação da mulher no ambiente doméstico, mas na estrutura de trabalho presente na sociedade e seus mecanismos de legislação e controle. Assim, o fato de receberem menos pela execução das mesmas tarefas, trabalharem mais em atividades domésticas, além de não terem, por décadas, possibilidade de manifestação no espaço público são exemplos possíveis. Para Bourdieu, “A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça [...]” (Bourdieu, 2002, p. 18), fazendo-se passível de compreensão a divisão do trabalho entre os sexos, local e instrumentos, além das concepções e tratamento atribuído aos corpos.

Ao longo de sua história, Caxias do Sul consolidou-se como um importante polo industrial, frequentemente exaltado como uma “cidade do trabalho” (Tessari, 2013, p. 227). No entanto, essa narrativa contribuiu para a construção de uma imagem generalizada do “trabalhador”, frequentemente associada ao sujeito masculino, branco e europeu. Durante décadas, a historiografia local reforçou representações estereotipadas sobre as relações entre trabalho, raça e gênero, invisibilizando outras existências. Investigações mais recentes, porém, têm revelado uma realidade mais complexa e diversa, evidenciando a presença e a atuação de

sujeitos historicamente marginalizados nos processos produtivos e nas dinâmicas sociais da cidade.

Durante os primeiros períodos da colonização de imigrantes europeus na região de Caxias do Sul, processo iniciado a partir de 1875, muitas mulheres estavam envolvidas nas atividades agrícolas, trabalhando ao lado de seus maridos e filhos. Os lotes rurais concedidos às famílias imigrantes variavam entre 5 e 100 hectares, mas 65% deles compreendiam uma área que oscilava entre 15 e 35 hectares. As terras mais afastadas do centro urbano, por sua vez, possuíam áreas maiores do que aquelas localizadas nas proximidades (Giron, 1978, p. 24).

Dessa forma, famílias com maior número de filhos começaram a buscar novas terras nas colônias que surgiam ainda na segunda geração. Esse movimento gerou um processo migratório em direção à zona urbana, o qual envolveu também as filhas mulheres, que começaram a procurar empregos em fábricas ou em atividades como costura e serviços domésticos, na esperança de garantir um salário mais elevado ou uma fonte de renda própria – ainda que destinado ao “chefe” da família ou à sogra.⁴

Na obra *Pobres Construtores de Riqueza* (1981), especificamente no subtítulo “A Mulher e a Empresa Capitalista”, Valentim Lazzarotto destaca a expressiva participação feminina nos primórdios da empresa metalúrgica Eberle a partir de registros fotográficos. Em 1904, são registradas 35 mulheres, número que cresce para 130 em 1924, com um aumento ainda maior durante a Segunda Guerra Mundial. Lazzarotto observa que, mesmo com o subsequente surgimento de inovações tecnológicas e maquinários mais sofisticados, “[...] quando a força bruta pode ser dispensável” (1981, p. 111), a presença das mulheres permaneceu constante na Eberle, embora com notável disparidade salarial em relação aos homens que exerciam as mesmas funções⁵. Ademais, as mulheres eram, em grande parte, responsáveis por atividades mais rudimentares, como auxiliar de depósito, escritório, operária e servente. Quanto ao fichamento, a primeira mulher registrada como funcionária da empresa data de 1915, sendo a faixa etária predominante no grupo entre 14 e 20 anos.

⁴ É relevante observar que, embora o salário da trabalhadora fosse frequentemente entregue ao homem considerado “chefe” da família, por vezes tal figura era representada pela sogra, o que revela um tensionamento nas expectativas de gênero, ainda que essa autoridade feminina estivesse inserida em estruturas conservadoras.

⁵ Lazzarotto (1981) observa que, ao longo da década de 1940, grande parte das trabalhadoras encontrava-se em níveis salariais inferiores ao mínimo necessário para a própria subsistência, o que contribuía para que a mão de obra feminina fosse particularmente demandada pelas indústrias em razão de seu baixo custo. Segundo o autor, essa tendência se mantém durante os anos 1950, quando muitas mulheres continuam recebendo salários de subemprego, frequentemente situados nos patamares mais baixos da estrutura remuneratória. Embora esse quadro comece a apresentar sinais de superação apenas no final da década, com elevações graduais nos percentuais relativos ao salário mínimo, a desigualdade permanece evidente.

Conforme Maria Abel Machado (1993, p. 129), as mulheres já estavam inseridas de maneira considerável na indústria de Caxias do Sul nos primeiros anos do século XX, ou seja, desde a fundação das indústrias na região, aspecto já assinalado por Lazzarotto (1981). Nesse panorama, elas eram responsáveis por funções tidas como de menor valor e repetitivas, frequentemente desempenhando as mesmas atividades que os homens, mas com salários substancialmente mais baixos. Essa desigualdade salarial refletia a visão predominante na época, que tomava as mulheres como menos capazes em comparação aos homens, com base em “razões inerentes ao seu sexo”. Tal entendimento era sustentado por estereótipos profundamente enraizados, reflexo das estruturas de poder patriarcais que delimitam os papéis considerados femininos na sociedade.

Assim, as mulheres transitam do espaço privado do lar para o espaço público, mas sem controle sobre o grau de sua participação, sempre marcado por preconceitos e restrições. Esse processo é exemplificado por Margareth Rago ao afirmar que “[...] ao invés de suavizar as exigências morais sobre sua conduta, o discurso burguês moralista se fortaleceu, alertando para ‘os perigos da prostituição e da perdição diante do menor deslize’” (1987, p. 63). Ou seja, a família patriarcal não desaparece com o capitalismo, ao contrário, a mulher passa a servir ao capital em uma jornada dupla de trabalho, o que permite à burguesia industrial reduzir seus custos de produção.

Sob essa perspectiva, as contribuições de Cinzia Arruzza (2015) demonstram que a permanência dessas formas de dominação não deriva da coexistência de dois sistemas autônomos — capitalismo e patriarcado —, mas da capacidade do capitalismo de incorporar, reorganizar e atualizar relações de poder preexistentes. A inserção das mulheres no trabalho assalariado, portanto, não significa a superação das hierarquias de gênero, mas sua inscrição em um sistema unitário cuja dinâmica articula produção e reprodução social. Essa dinâmica se perpetua e se expande ao longo do século XX.

Além disso, esse processo é exemplificado por E. P. Thompson em *A Maldição de Adão* (1987), quando disserta que raramente as mulheres poderiam cometer “lapsos morais” em seus comportamentos nas fábricas, subentendendo-se a existência de uma forte disciplina moral. Ademais, enfatiza a existência de um paradoxo, uma vez que as mulheres operárias passaram a possuir status de assalariadas independentes, mas sofriam a repressão do sistema, sendo cada vez mais dependentes dos patrões e do mercado. Segundo o autor, “a nova independência era sentida como uma perda de status e independência pessoal” (1987b, p. 307)

e o passado visto como “anos dourados”, já que agora viviam “o pior dos dois mundos, o doméstico e o industrial” (p. 308).

Ainda no âmbito contextual deste estudo, o movimento feminista no Brasil revitaliza-se com a chamada “segunda onda” durante o governo de Emílio Médici. Enquanto a Europa e os Estados Unidos viviam intensos momentos de renovação política e cultural, o Brasil e vários países latino-americanos estavam imersos em fases de repressão sob a Ditadura Civil-Militar. A Guerra Fria e seus efeitos globais também desempenhavam um papel crucial nesse contexto. Nesse cenário, o movimento feminista brasileiro, especialmente os primeiros grupos formados em 1972 em São Paulo e no Rio de Janeiro, estavam de alguma forma influenciados pelas dinâmicas do Hemisfério Norte, ao mesmo tempo que uma de suas principais bandeiras se tornava a resistência ao regime autoritário que predominava no país (Otto, 2004, p. 239).⁶

Com base nisso, é possível destacar alguns indicadores-chave. O ano de 1975 foi proclamado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano Internacional da Mulher, dando início à chamada “década da mulher”. Nesse período, os direitos das mulheres foram progressivamente reconhecidos como direitos humanos. Paralelamente, a crescente presença das operárias no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC culminou na realização do I Congresso da Mulher Metalúrgica, em 1978, que trouxe à tona debates sobre a legislação relacionada ao trabalho considerado feminino, como a regulamentação do trabalho noturno, a desigualdade salarial entre os gêneros e a falta de infraestrutura de apoio, como creches, aproximando as mulheres do universo sindical. Com a Anistia concedida em 1979, grupos que antes se viam restritos ao espaço privado passaram a emergir no espaço público.

Dessa forma, este artigo busca realizar uma reflexão no campo conceitual a partir da obra *A Dominação Masculina* de Pierre Bourdieu (2002), relacionando as denominações conceituais ao estudo das mulheres operárias metalúrgicas de Caxias do Sul no período de 1978 a 1993, dialogando com demais referenciais teóricos e trechos presentes no *Jornal de Caxias*, periódico local disponível para acesso digital na Hemeroteca da Biblioteca Nacional ou Centro de Memória da Câmara de Caxias do Sul.

⁶ Sobre a divisão em “ondas feministas”, é necessário problematizar o fato de tal classificação refletir o eixo europeu-estadunidense, além de uma falsa linearidade. A problemática encontra-se na representação de uma narrativa única da história do feminismo ocidental, não atentando para as especificidades dos demais contextos. Logicamente, tais marcos não devem ser desconsiderados, porém é necessário identificar características que sejam apresentadas de maneira menos generalista, trabalhando a partir das similaridades e diferenças. A especificidade da luta contra a Ditadura Civil-Militar é algo que demarca o movimento feminista brasileiro e, com base nesse contexto, a “terceira onda” teria sido iniciada por volta dos anos de 1980, período também abarcado por este trabalho, no qual seriam ampliadas as discussões sobre os conceitos de gênero, binarismo e identidade (Ribeiro; Nogueira; Magalhães, 2024, p. 66).

As fontes jornalísticas utilizadas neste trabalho foram selecionadas com base em sua relevância para a compreensão das dinâmicas de dominação e resistência das operárias metalúrgicas de Caxias do Sul, priorizando matérias em que essas trabalhadoras figuram como pauta, ainda que não sejam as autoras diretas dos textos. A escolha recaiu sobre publicações que abordam, direta ou indiretamente, questões estruturais do mundo operário que afetam as mulheres, evidenciando práticas de dominação masculina e formas de resistência que permeavam o cotidiano fabril e sindical.

O recorte temporal entre os anos de 1975 e 1981 foi estabelecido por representar um período de intensificação das mobilizações femininas e operárias, marcado por iniciativas como o I Congresso da Mulher Metalúrgica, além da emergência de debates públicos sobre o lugar da mulher na indústria. Trata-se, portanto, de um intervalo significativo para observar como o discurso jornalístico local, ainda que mediado, capturou momentos em que a presença e a luta das mulheres no espaço operário tornaram-se visíveis.

A mulher como o “outro” na produção

Como já exposto, na segunda metade do século XX o Brasil experimentava os efeitos da “segunda onda” do movimento feminista, com maior repercussão nas regiões Nordeste e Sudeste. Nesse contexto, Daiane Dala Zen (2024) destaca que educadoras como Maria Abel Machado, uma importante referência nos estudos sobre as mulheres operárias de Caxias do Sul, começam a se interessar pelo tema de maneira pioneira.

Em seus apontamentos, Daiane também ressalta que é possível identificar uma certa contradição nas entrevistas que compõe a obra *Mulheres sem Rosto* (1998), evidenciando complexidades nas narrativas e experiências dessas mulheres, pois “[...] conquistam um pequeno espaço demarcado pelo sistema patriarcal, muitas reconhecem o sofrimento e as condições desumanas de trabalho feminino, outras não” (Zen, 2024, p. 146). Isto é, há um forte peso ideológico sobre a mulher e o trabalho, imerso em papéis estigmatizados que nem sempre eram plenamente reconhecidos pelas próprias mulheres.

Sobre isso, pode-se identificar os efeitos da dominação masculina, já que esta poderia não ser reconhecida em razão da naturalização por uma série de repetições históricas que culminaram no panorama apresentado. Desse modo, muitas mulheres também passaram a reproduzir o esquema da dominação “[...] que as levaram a uma representação negativa de seu próprio sexo, de modo a perpetuar os discursos e as práticas machistas” (Burckhart, 2017, p. 212).

Como já mencionado, a atitude de inserção no espaço público e a atuação como operária poderia ampliar a exigência moral aplicada à mulher, que deveria corresponder a uma série de comportamentos e valores que costumeiramente eram associados à figura considerada feminina, a exemplo da obediência e submissão. Fundamentado nessa ótica, o ideal operário no ambiente fabril correspondia ao homem, que além de receber as atribuições vistas como centrais no processo de produção, poderia ausentar a mulher de sua atuação diante do estabelecimento de laços matrimoniais, por exemplo.

Como ressaltado por Araldi (2019, p. 63), a motivação primeira das mulheres ao buscarem obter um trabalho era a necessidade financeira, e a partir do momento em que o “chefe” da família poderia sustentá-la, a fábrica passava a não ser mais o local aceitável e moralmente correspondente a uma mulher casada. A autora também aborda a possibilidade de determinadas mulheres exercerem trabalho remunerado para a metalúrgica Eberle em seus lares, o que pode ser interpretado como uma restrição de circulação no espaço público. Esse mecanismo revela aquilo que Bourdieu (2002) nomeia como *habitus* inscrito nos corpos: a fábrica é percebida como “espaço de homem”, sendo a presença da mulher disciplinada pela moralidade familiar e comunitária.

Ainda, ao utilizar em seu trabalho a História Oral, Araldi (2019, p. 69) assinala uma importante percepção: nas entrevistas realizadas com ex-operários homens da metalúrgica Eberle, praticamente não há menções às operárias e sua condição dentro da lógica de trabalho, já nas entrevistas com ex-metalúrgicas, a questão de gênero constitui-se como principal marcador abordado. Tal aspecto, dentro da lógica da dominação masculina, permite a compreensão sobre como a mulher foi vista como “o outro”, contrária ao padrão do homem como operário de referência. O silêncio masculino observado nas entrevistas analisadas por Araldi revela a eficácia da violência simbólica: ao não nomearem as mulheres, os homens reforçam sua posição como sujeito universal do trabalho fabril, naturalizando a masculinização da identidade operária.

Outro ponto abordado por Bourdieu diz respeito ao assédio sexual, que segundo o autor nem sempre tem relação com a posse sexual propriamente dita, mas estaria diretamente relacionado com a afirmação da dominação em estado puro (2002, p. 31). Em sua tese, Vanderlay Santana Reina (2021, p. 76) pontua que a prática do assédio no ambiente operário constituía-se como naturalizada devido à hierarquia estabelecida pelas relações patriarcais de dominação, sendo as mulheres vítimas de mestres, contramestres e proprietários. A naturalização do assédio como prática cotidiana confirma o que Bourdieu (2002) descreve

como assédio enquanto demonstração de dominação em estado puro, mais do que interesse sexual. O assédio funciona como reafirmação pública da hierarquia de gênero no interior da fábrica.

Na dominação há espaço para resistência?

Sayão (2003, p. 127) pontua que para Bourdieu existe um tratamento aplicado às mulheres que as restringe a objetos e símbolos a fim de perpetuar o capital simbólico e poder masculino. Assim, constituem-se como “mercadorias de menor valor”, restritas a uma série de limitações em “estruturas invariantes” que constituem o habitus. Em um diálogo com Michelle Perrot, uma intelectual branca, europeia e que também viveu boa parte de sua vida na França, especialmente no referente à publicação *Os excluídos da História*, Sayão ressalta a importância de conceder um olhar à resistência diante dos processos de dominação simbólica que muitas vezes ocorrem nas instituições já mencionadas, inclusive com ações relacionadas à vida cotidiana, a fim de não se fixar apenas na visão da mulher como um bem simbólico.

Em seu trabalho intitulado *Gênero e classe numa comunidade de mineração de carvão do Brasil em meados do século XX* (2020), Clarice Gontarski Speranza analisa a formação dos papéis de gênero em uma comunidade de mineradores do Rio Grande do Sul - comparando-a, em determinados momentos com Santa Catarina. Nessa localidade, prevalecia uma divisão sexual do trabalho bastante rígida, predominantemente masculina nas minas, enquanto as responsabilidades domésticas eram atribuídas às mulheres, identificando uma tensão em contextos de enfrentamento social. Dentre demais referenciais teóricos, a autora fundamenta-se na perspectiva de patriarcado de Helleith Saffioti (2004) e no modo como esta vislumbra as intersecções entre gênero, raça e classe, enfatizando que em todos os contextos de dominação e exploração há luta e conflitos, e portanto, resistência.

Ainda, Speranza (2020, p. 116) analisa como o lugar socialmente atribuído às mulheres é central para a construção da masculinidade operária. Ao estender essa discussão para o ambiente das fábricas metalúrgicas, pode-se considerar que mesmo com a presença das mulheres nesses espaços, o ambiente fabril seguia sendo concebido como predominantemente masculino. A mulher, nesse contexto, era tratada como figura secundária, reforçando-se a ideia de que a fábrica era “lugar de homem” e que o trabalho ali desenvolvido exigia características supostamente masculinas. Tal concepção contribuía para deslocar as mulheres de forma simbólica, e muitas vezes prática, para o espaço doméstico, restringindo sua atuação pública e reafirmando a divisão sexual do trabalho.

Ademais, para Bourdieu (2002) podem existir lutas cognitivas, a forma mais profunda de resistência acerca da divisão sexual entre homens e mulheres, sendo para isso necessário dar sentido à violência simbólica, como argumentado em

[...] por mais exata que seja a correspondência entre as realidades, ou os processos do mundo natural, e os princípios de visão e de divisão que lhes são aplicados, há sempre lugar para uma luta cognitiva a propósito do sentido das coisas do mundo e particularmente das realidades sexuais. A indeterminação parcial de certos objetos autoriza, de fato, interpretações antagônicas, oferecendo aos dominados uma possibilidade de resistência contra o efeito de imposição simbólica. (Bourdieu, 2002, p. 22).

Conforme argumenta Soihet (1998, p. 85), com base nas análises realizadas a partir da obra de Roger Chartier, há manifestações que provocam brechas e rupturas na hegemonia do poder dominante. A autora ressalta que as expressões de resistência ou as fraturas na dominação masculina nem sempre se apresentam de modo explícito ou são articuladas de forma direta e objetiva.

Com base nisso, pode-se inferir que nem todas as expressões de resistência apresentam-se como grandes movimentos ou conflitos, podendo inclusive manifestar-se na forma de “resistência cotidiana”, conceito elaborado por James Scott (2011) ao alertar para as expressões de “[...] relutância, dissimulação, falsa submissão, pequenos furtos, simulação de ignorância, difamação, provocação de incêndios, sabotagem, e assim por diante [...]” (2011, p. 219), enfatizando que tais intervenções não caracterizam-se como socialmente relevantes a ponto de marcarem território em manchetes jornalísticas. Em uma nota de rodapé, o autor enfatiza que na maior parte das sociedades camponesas tratadas em sua pesquisa os homens atuam como centralizadores do poder, mas afirma também que as mulheres poderiam exercer uma forma considerável de poder caso não desafiassem o “mito formal da dominância masculina”, ou seja, a partir da resistência cotidiana, ganhos seriam possíveis se a ordem simbólica vigente não fosse diretamente posta em questão.

Nesse cenário, o desenvolvimento do movimento feminista trouxe contribuições fundamentais para o rompimento ou desestabilização de determinadas visões ou comportamentos, principalmente a partir dos anos 1960. Assim, as instituições já mencionadas, que atuaram por décadas de modo a perpetuar desigualdades, puderam ser em parte ressignificadas, como a maior presença da mulher no âmbito escolar, possibilitando maior acesso ao mercado de trabalho e independência financeira ou ainda a ampliação do ato de divorciar-se e uso da pílula anticoncepcional.

Para Lazdan *et al.* (2014, p. 477-481), Bourdieu acaba por cometer certas

generalizações em suas premissas, além de não legitimar por vezes as conquistas e qualidades das mulheres, restringindo a agência à dominação masculina. Tal crítica pode ser de certo modo interpretada a partir da escrita de Bourdieu no prefácio à edição alemã, onde autor refere que na história existe um processo de eternização realizado pelas instituições, pontuando que “[...] é reinserir na história e, portanto, devolver à ação histórica, a relação entre os sexos que a visão naturalista e essencialista dela arranca (e não, como quiseram me fazer dizer, tentar parar a história e retirar às mulheres seu papel de agentes históricos)” (2002, p. 5).

Para Bourdieu, o processo de libertação não depende unicamente da tomada de consciência, “[...] uma vez que a dominação é baseada em estruturas objetivas, que por sua vez são sustentadas pelos mecanismos que elas desencadeiam e que perpetuam sua reprodução [...]” (2002, p. 479). A dominação não é apenas uma ideologia, está inscrita nos corpos e nas coisas, só ocorrendo

[...] com uma transformação radical das condições sociais de produção das tendências que levam os dominados a adotar, sobre os dominantes e sobre si mesmos, o próprio ponto de vista dos dominantes. A violência simbólica não se processa senão através de um ato de conhecimento e de desconhecimento prático, ato que se efetiva aquém da consciência [...] (Bourdieu, 2002, p.53).

O *Jornal de Caxias*

A partir de uma intensa transformação nos níveis populacionais e econômicos nas décadas de 1960 e 1970, a necessidade de um meio de comunicação direcionado à Caxias do Sul surge em razão de configurar-se como um centro econômico estadual. A partir dessa demanda o jornal *Correio Riograndense*, tradicionalmente dirigido ao público católico de origem migrante, passa a publicar um encarte de inicialmente 4 páginas, sendo transformado em 3 de março de 1973 no *Jornal de Caxias* - que passou a apresentar 16 páginas e equipe própria (Zugno, 2022).

Posteriormente, o periódico editado pela Sociedade Literária São Boaventura passa a ser constituído por 24 páginas, contando com a direção de Jimmy Rodrigues até março de 1977, substituído pelo Frei Moacir Molon. O jornal perdura até abril de 1980, quando a crise econômica e as divergências sobre a possibilidade de edições diárias fazem com que o *Jornal de Caxias* fosse vendido pelos capuchinhos à Empresa Jornalística *Pioneiro* (Zugno, 2022).

Sobre o *Jornal de Caxias*, Pozenato e Giron (2004, p. 139) afirmam

[...] foi um marco na renovação do jornalismo regional. [...] Adotou uma linha editorial renovadora, abrindo espaço para o pensamento adotado pela

Igreja, que representava a única voz a ser ouvida em tempo de ditadura, durante o qual a imprensa, pressionada pelo Ato Institucional n. 5 (AI-5), era obrigada a calar-se (Pozenato e Giron, 2004, p. 139).

Segundo Bocchese (2019, p. 119), o periódico adotava uma configuração editorial que abrangia temas relacionados à sociedade e a perspectivas mais amplas, incluindo crônicas literárias e colunas críticas sobre diversos meios de entretenimento, como música, cinema, rádio e televisão, além de seções específicas destinadas às mulheres.

José D'Assunção Barros (2022) aponta a periodicidade como característica fundamental aos periódicos impressos, além da publicação a algum tipo de público. Para ele, os jornais exprimem valores e concepções, representando determinados campos de interesse e seus projetos sociais nos mais variados âmbitos. Além disso, de acordo com Rafael Saraiva Lapuente (2016, p. 18), o pesquisador precisa estar consciente e agir com precaução em relação aos interesses que envolvem os periódicos, os quais objetivam atrair leitores e cativar leitores, mesmo que isso comprometa a veracidade dos fatos. Desse modo, é essencial que o pesquisador permaneça atento às influências externas que podem impactar o conteúdo.

Por mais que o *Jornal de Caxias* tenha objetivado configurar-se como um segmento de notícias e aspectos da vida diária em Caxias do Sul, é necessário atentar sobre a perspectiva católica que por anos fez parte de sua direção e no modo como tal conjunto de princípios e valores interage com a construção de notícias segmentadas ao público considerado feminino - já que historicamente, mesmo o *Jornal de Caxias* sendo constituído de uma equipe própria, o *Jornal Correio Riograndense* foi contra o comunismo no pós-guerra e em momentos anteriores manifestou apoio a movimentos totalitários, por exemplo.

Contudo, é interessante observar que por volta da metade da década de 1970, textos sobre a condição das mulheres passam a ser publicados, a exemplo de textos redigidos por Liliana Alberti Henrichs, graduada em História e pela Universidade de Caxias do Sul (UCS), especialista em História da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e em Arquivos Históricos Públicos pelo Ministério da Justiça/Arquivo Nacional. Liliana foi coordenadora do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (1983-1989) e presidente do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural (1983-1985), escrevendo periodicamente na coluna “Mulher” do *Jornal de Caxias*.

Em um texto denominado “A participação da Mulher no trabalho da comunidade”, Liliana Alberti menciona: “Todos concordam que a igualdade dos sexos, tão falada, tende a se equilibrar, com a educação em todos os níveis” (Henrichs, 1975, p. 8), demonstrando que a igualdade entre homens e mulheres já era algo debatido no período em questão, o que condiz

com a contextualização já exposta anteriormente que aponta a década de 1970 como um período de grande efervescência política e cultural. Logo abaixo, também apresenta o título “Opiniões mostram: As mulheres trabalham por necessidade”, onde mulheres com profissões diversas opinam sobre como lidam com a necessidade de ausentar-se do lar para trabalhar e colaborar com o sustento de suas famílias. A divergência de opiniões chama atenção, uma vez que algumas consideram o ingresso no mercado de trabalho como um avanço e outras, mesmo com a perspectiva de seu salário próprio, afirmam que os filhos não estariam sendo criados de maneira considerada adequada, o que se constituiria em um aspecto negativo.

Em seu estudo, Weinstein (2010, p. 145-171) explicita que, antes de serem consideradas operárias, as mulheres eram prioritariamente esposas e mães que deveriam trabalhar fora do ambiente doméstico no momento anterior ao casamento ou durante o casamento para aliviar necessidades financeiras, sendo sua maior contribuição para a família a atuação no lar e a boa educação das crianças. Além disso, embora uma parcela das mulheres pudesse gostar da experiência de trabalho com outras mulheres ou do ganho de seu salário, tais elementos não poderiam ser enfatizados, pois muitos maridos sentiam-se incomodados com o trabalho fabril. Assim, pode-se compreender que mesmo diante da perspectiva de um ambiente de contato e troca de experiências com outras mulheres e ao fato de adquirirem seu salário próprio, o pensamento de complementaridade pairava como lembrete das regras morais socialmente atribuídas a tais mulheres.

Em 1977, é possível perceber que a questão da mulher adquire maior notoriedade a partir da organização da coluna denominada “Mulher”, onde Liliana passa a expor problemáticas, a exemplo do título “Uma nova consciência”, no qual apresenta que

[..] as mulheres não decidem como nem quando vão trabalhar fora de casa. Na verdade, elas, se sujeitam a isso apenas por necessidade econômica quando a remuneração do marido já não mais satisfaz as exigências da vida. E a mulher pensa, em sua maioria, que, passada a crise, voltará feliz ao seu lar, que é no fundo, seu lugar. Mas ela pensa assim graças a uma ideologia que há séculos vem lhe sendo imposta” (Henrichs, 1977, p. 25).

No trecho acima, é possível perceber a relevância do argumento referente ao “trabalho por necessidade” no processo de inserção da mulher no espaço público, podendo-se pressupor, inclusive, que no caso das operárias metalúrgicas tal perspectiva tenha encontrado terreno ainda mais fértil pelo trabalho ser associado a um espaço de atuação masculina, mesmo que dentro do próprio ramo existisse uma divisão sexual do trabalho.

Assim, ao pontuar sobre a ideologia que há séculos vêm sendo imposta e sobre seus efeitos na manutenção do pensamento de que à mulher cabe unicamente o espaço doméstico, sendo sua inserção no espaço público resultado de um processo de complementaridade pela necessidade financeira, o apontamento de Liliana pode ser pensado dentro da lógica proposta por Bourdieu (2002) quando afirma que a masculinidade está inscrita nas instituições e corpos como *habitus*, sendo sua ordem consolidada e reforçada de maneira constante. Assim, o gênero feminino adquire uma noção de concepção “em desenvolvimento”, pois não traduz o modelo idealizado da masculinidade. Em complemento a isso, a família atua como instituição fundamental para o compartilhamento de simbologias entre dominantes e dominados, perpetuando a dominação.

Em matéria correspondente a fevereiro de 1978, também na coluna denominada “Mulher”, Liliana Alberti aborda a realização do I Congresso da Mulher Metalúrgica na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, no qual comparecem 300 operárias, embora 800 inscritas. Em seu texto, Liliana redige que “[...] mesmo avisadas com bastante antecedência pelo sindicato, muitas empresas resolveram compensar o feriado de carnaval, o que demonstra, sem dúvida alguma, o temor deste tipo de participação.” (Henrichs, 1978, p. 27). Desse modo, a resistência patronal à participação feminina em espaços políticos demonstra que, como argumenta Arruzza (2015), o capitalismo não apenas se beneficia da desigualdade de gênero: ele a reorganiza para manter a exploração.

Em análise, seus apontamentos dirigem-se à organização do encontro, uma vez que coube aos elementos masculinos do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, um reflexo da dominação masculina - apenas uma mulher é mencionada em trabalhos acadêmicos construídos posteriormente⁷. Além disso, menciona discriminação salarial no caso específico da metalurgia e a pouca participação nos sindicatos. Ainda, relata denúncias realizadas pelas operárias no congresso, a exemplo das “cantadas” e pressões a que eram submetidas caso não concordassem - como já mencionado acima segundo o assédio em Bourdieu. Ao final, explicita sobre o trabalho noturno, enfatizando que “para as metalúrgicas, será mais uma forma de prejudicar a trabalhadora, privando-a ainda mais de oportunidades educacionais.” (Henrichs, 1978, p. 27).

A análise do Congresso da Mulher Metalúrgica, tal como apresentada por Liliana Alberti (Henrichs, 1978, p. 27), evidencia de forma contundente a persistência das estruturas de dominação masculina no interior das organizações sindicais e fabris. A centralidade dos

⁷ Ver: SANTOS, 2020.

dirigentes homens na condução do evento, ainda que voltado às pautas específicas das mulheres, revela a naturalização do poder masculino também nos espaços de resistência, como os sindicatos. Mesmo diante das denúncias de assédio, discriminação salarial e exclusão sindical feitas pelas operárias, as estruturas simbólicas e materiais que sustentam a masculinização do mundo do trabalho persistem, dificultando avanços concretos na redistribuição de poder e de voz dentro do movimento operário.

Também, outro exemplo constitui-se da coluna “Sociedade e Violência”, com título “Dominação da mulher: uma das formas de manutenção de estruturas injustas”. Sem autoria identificada, a construção remete à fala da professora Lorena Hohlzman da Silva, que no momento pesquisava a mulher no mercado de trabalho gaúcho. Dentre outros aspectos, Lorena menciona a realização do I Congresso da Mulher Metalúrgica, questões envolvendo o sindicalismo e denuncia a opressão de gênero, o trabalho noturno, isenção do repouso-maternidade, ausência de creches, plano teste e o constante tratamento da mulher operária como submissa ao homem, pontuando também a oposição sobre a participação da mulher nos sindicatos pelo patrão e pela própria família sob ameaça de demissão devido a uma possível “oportunidade de desvio de conduta moral”.

Assim, a vigilância sobre o corpo feminino, seja por meio do controle moral ou da proibição tácita à participação sindical, evidencia aquilo que Thompson (1987) descreve como disciplina moral fabril, e que Arruzza (2015) interpreta como parte da reprodução social necessária ao capital: produzir uma trabalhadora disciplinada, sexualmente vigiada e economicamente sub-remunerada.

Também, a partir da ótica de Bourdieu (2002), é possível interpretar tais práticas descritas na coluna jornalística não apenas como exemplos pontuais de desigualdade, mas expressões concretas do habitus social que estrutura a dominação masculina. A dominação se naturaliza por meio de disposições incorporadas, o que contribui para a reprodução de um mundo que legitima o poder masculino.

A marginalização da mulher operária, seja pela ausência de políticas públicas, pela negação do direito à maternidade ou pela vigilância sobre sua moralidade, revela como os campos fabril e sindical operam sob lógicas profundamente masculinizadas. Assim, o que parece ser uma mera injustiça pontual se revela, na verdade, como um componente de um sistema simbólico mais amplo que sustenta a desigualdade de gênero e limita a agência das mulheres no mundo do trabalho.

Por fim, na coluna “8 de março pela primeira vez comemorado”, uma série de depoimentos de mulheres que discutiram a tradicionalidade dos postos atribuídos a elas historicamente são expostos. É mencionado que, por iniciativa do Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Caxias do Sul (UCS), “Cerca de 50 participantes estiveram presentes no auditório dos Sindicatos Reunidos [...]” (Jornal de Caxias, 1981, p. 18). Liliana Alberti Henrichs assinala: “[...] vivemos em um sistema em que tudo está determinado e, assim, a mulher não escolhe individualmente, como e quando vai trabalhar”, pontuando que como mão de obra abundante, barata e despreparada, executará os piores serviços.

Além de Liliana, Geci Prates trabalhou seis anos como metalúrgica na Eberle e na Robertshaw – ambas empresas metalúrgicas de Caxias do Sul -, despedida de ambas pelo sistema de contrato, ao final de três anos a fim de prevenir “problemas de casamento e gravidez”. Elizabeth Pereira dos Santos, mulher negra, também trabalhou na metalúrgica Eberle, mas foi despedida por engravidar de gêmeas, o que reforça a visão da mulher como “o outro”.

Esses depoimentos, extraídos de uma ocasião que buscava justamente valorizar a presença e a luta das mulheres no mundo do trabalho, evidenciam de maneira contundente os mecanismos simbólicos e práticos da dominação masculina. Ao descreverem situações como a demissão motivada por gravidez ou pela expectativa de casamento, tais narrativas revelam como o corpo e a vivência das mulheres continuam sendo tratados como um risco ou um desvio dentro da lógica fabril, ainda que as mulheres já integrassem de forma significativa a força de trabalho em momentos anteriores.

A figura da mulher é, portanto, construída como o "outro", aquele que não se encaixa no modelo universal - mas na verdade masculino - do trabalhador ideal. Além disso, os relatos de Geci Prates e Elizabeth dos Santos introduzem fissuras na ordem simbólica, configurando aquilo que Bourdieu (2002) chama de lutas cognitivas, isto é, momentos em que a interpretação dominante pode ser tensionada.

Esse processo de exclusão e marginalização não opera apenas na prática, mas é sustentado por uma ordem simbólica que naturaliza a associação entre trabalho produtivo e masculinidade, e entre instabilidade, improdutividade e feminilidade. Assim, a experiência das operárias metalúrgicas caxienses não apenas expõe a desigualdade de gênero nas relações de trabalho, mas também explicita como essa desigualdade está enraizada em disposições sociais e culturais que as silenciam, subordinam e excluem.

Considerações finais

Com base no que foi apresentado, é possível concluir que a dominação masculina não apenas persiste nas estruturas sociais contemporâneas, mas também atua de maneira difusa, silenciosa e enraizada nos modos de organização do trabalho, como se verifica no caso das operárias metalúrgicas de Caxias do Sul. Essa forma de dominação não se restringe aos atos explícitos ou às violências materiais, ao contrário, perpetua-se justamente por sua capacidade de parecer legítima, reforçada por hábitos, disposições e normas sociais que desvalorizam a mulher enquanto trabalhadora e sujeito político.

Assim, com base no aporte teórico construído por Bourdieu, certas lacunas que permeiam os processos de dominação puderam ser aprofundadas, contribuindo para uma visão mais ampla, já que a violência não pode unicamente ser restrita aos aspectos tangíveis nas perspectivas de análise, correndo o risco de negligenciar inúmeras proporções.

Logicamente, romper com o opressor universalizante e adotar uma visão emancipadora não é um processo simples e tampouco fácil, sendo necessária uma mudança nas próprias estruturas que compõem a História. Com o passar do tempo e as conquistas obtidas pelas mulheres, os mecanismos de opressão tornam-se cada vez mais evidentes, gerando justificativas e defesas para a dominação - reforçada em muito pelas instituições. À vista disso, Bourdieu (2002), no prefácio à edição alemã reforça que “[...] elas saibam trabalhar para inventar e impor, no seio mesmo do movimento social e apoiando-se em organizações nascidas da revolta [...] formas de organização e de ação coletivas e armas eficazes, simbólicas sobretudo, capazes de abalar as instituições [...]” (2002, p. 5), isto é, que em sua agência e organização coletiva, as mulheres possam transformar tais estruturas historicamente datadas, subvertendo e configurando o panorama vivenciado e promovendo uma nova realidade de igualdade e justiça social.

Sob essa ótica, as fontes jornalísticas que abordam questões referentes às trabalhadoras metalúrgicas de Caxias do Sul, a exemplo do *Jornal de Caxias*, nesse caso, constituem evidências empíricas de que a dominação masculina também é constantemente interpelada pelas vozes das mulheres que se recusam a permanecer no silêncio imposto. Ainda que as operárias nem sempre tenham sido autoras dos textos, suas experiências foram tematizadas, reivindicadas e inscritas nas pautas desses jornais e colunas.

Isso revela que, mesmo em um espaço hegemonicamente mediado por olhares masculinos ou externos, as trabalhadoras marcaram presença e trouxeram à cena pública as desigualdades vividas no chão da fábrica e nos sindicatos. Assim, a realização de eventos

como o I Congresso da Mulher Metalúrgica e os depoimentos de operárias como Geci Prates e Elizabeth Pereira dos Santos revelam resistências à ordem vigente. Esses espaços de encontro e organização coletiva funcionam como rupturas nas estruturas de gênero que procuram naturalizar a exclusão e subordinação das mulheres.

Fontes

HENRICHES, Liliana. **A participação da Mulher no trabalho da comunidade**. Jornal de Caxias, Caxias do Sul, 5 de abril de 1975. Ano III, n° 114, p. 8. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=882470&Pesq=Liliana%20mulher&pagfis=2025>. Acesso em: 25 jan. 2025.

HENRICHES, Liliana. **Coluna Mulher**. Jornal de Caxias, Caxias do Sul, 26 de março de 1977. Ano V, n° 215, p. 25. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=882470&Pesq=Liliana%20mulher&pagfis=4511>. Acesso em: 25 jan. 2025.

HENRICHES, Liliana. **Coluna Mulher**. Jornal de Caxias. Caxias do Sul, 4 de fevereiro de 1978. Ano V, n° 00260, p. 27. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=882470&pesq=&pagfis=6480>. Acesso em: 20 ago. 2024.

Jornal de Caxias. Caxias do Sul, 20 de outubro de 1979, Ano VII, n° 00349, p. 24. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=882470&pagfis=11154>. Acesso em: 16 ago. 2024.

Referências

ARALDI, Vanessa Cristina. **O trabalho entre o Orgulho, o Aprisionamento e o Aprendizado**: a representação da identidade operária na memória de ex-trabalhadores da metalúrgica Abramo Eberle. 2019. 80 f. TCC (Graduação em História) - Curso de Licenciatura em História, Área do Conhecimento de Humanidades, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2019.

ARRUZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Revista Outubro**, p. 34-58, 2015.

BARROS, José D'Assunção. Considerações sobre a análise de jornais como fontes históricas, na sua perspectiva sincrônica e diacrônica. **História Unisinos**, [S.L.], v. 26, n. 3, p. 588-604, 4 nov. 2022.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. 2.ed. Trad. de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BURCKHART, Thiago. Gênero, Dominação Masculina e Feminismo: por uma teoria feminista do Direito. **Revista Direito em Debate**, [S. l.], v. 26, n. 47, p. 205–224, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/6619>. Acesso em: 4 jan. 2025.

- FIANCO, F.; DOURADO, I. P. O Almoço na Relva: violência simbólica e dominação masculina em Pierre Bourdieu. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, [S. l.], v. 16, n. 8, p. 11393–11411, 2023. Disponível em: <<https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/1372>>. Acesso em: 22 dez. 2024.
- GIRON, Loraine Slomp. **Caxias do Sul: Evolução Histórica**. Caxias do Sul: UCS/EST/Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, 1978.
- LAPUENTE, Rafael Saraiva. A imprensa como fonte: apontamentos teórico-metodológicos iniciais acerca da utilização do periódico impresso na pesquisa histórica. **Revista de História Bilros. Fortaleza**, v. 4, n. 6, p. 11-29, jan.- jun. 2016.
- LAZZAROTTO, Valentim. **Pobres construtores de riqueza: absorção da mão de obra e expansão industrial na Metalúrgica Abramo Eberle: 1905-1970**. Caxias do Sul: EDUCS, 1981.
- LAZDAN, A. M.; REINA, F. T.; MUZZETI, L. R.; RIBEIRO, P. R. M. A dominação masculina de Pierre Bourdieu: críticas e reflexões a partir da psicologia analítica. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 9, n. 2, p. 470–487, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/7050>>. Acesso em: 3 jan. 2025.
- MACHADO, Maria Abel. **Submissão e Poder: Mulheres Operárias de Caxias do Sul-1900/1950**. Porto Alegre: PUCRS, 1993. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 1993.
- MACHADO, Maria Abel. **Mulheres sem rosto**. Maneco Livraria & Editora, 1998.
- NASCIMENTO GOMES, R. Teorias da dominação masculina: uma análise crítica da violência de gênero para uma construção emancipatória. **Libertas: Revista de Pesquisa em Direito**, v. 2, n. 1, 31 dez. 2016.
- OTTO, Clarícia. O feminismo no Brasil: suas múltiplas faces. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 238-241, ago. 2004.
- POZENATO, Maria Menegotto; GIRON, Loraine Slomp. **100 Anos de Imprensa Regional (1897-1997)**. Caxias do Sul, RS: EducS, 2004.
- RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar - A Utopia da cidade Disciplinar Brasil (1890-1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- REINA, Vanderlay Santana. **Gênero e sindicalismo: um estudo das trajetórias e experiências militantes sindicais no SINERGIA, Bahia, entre 1970 e 1990**. 2021. 490 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em História, Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Ufba, Salvador, 2021.
- RIBEIRO, Diana; NOGUEIRA, Conceição; MAGALHÃES, Sara Isabel. As ondas feministas: continuidades e descontinuidades no movimento feminista brasileiro. **Revista de Ciências Humanas e Sociais**, [S. l.], v. 1, n. 03, p. 57–76, 2021. Disponível em: <<https://revistas.ufob.edu.br/index.php/revistasul-sul/article/view/780>>. Acesso em: 28 nov. 2024.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SANTANA, M. A. Visões da dominação. LPH. **Revista de História (UFOP)**, Mariana - MG, v. 1, n.7, p. 219-230, 1997.

- SAYÃO, Deborah Thomé. Corpo, poder e dominação: um diálogo com Michelle Perrot e Pierre Bourdieu. **Perspectiva**, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 121–149, 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10210>>. Acesso em: 3 jan. 2025
- SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 5, jan-jul de 2011, p. 217-243.
- SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, [S.L.], n. 20, p. 60-70, ago. 2002.
- SOIHET, Rachel. Descobrimo historicamente o gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas (SP), n.11, p. 89-98, 1998.
- SPERANZA, Clarice G. Gênero e classe numa comunidade de mineração de carvão do Brasil em meados do século XX. **Revista Latinoamericana de Trabajo y Trabajadores**, v.1, p. 113-136, nov. 2020-abr. 2021.
- TESSARI, Anthony Beux. **Imagens do labor: memória e esquecimento nas fotografias do trabalho da antiga metalúrgica Abramo Eberle (1896-1940)**. 2013. 318 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em História, Programa de Pós-Graduação em História das Sociedades Ibéricas e Americanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa: A maldição de Adão**. v. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- WEINSTEIN, Bárbara. Elas Nem Parecem Operárias: feminilidade e classe na América Latina no século XX. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 17, n. 31, p. 145-171, jul. 2010. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/18940/11034>>.
- ZEN, Daiane Dala. **Mulheres, intelectuais e professoras: a história das mulheres pelo olhar feminino de historiadoras da região colonial italiana do Rio Grande do Sul**. 2023. 229 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2024.
- ZUGNO, Vanildo Luiz. **Frades Menores Capuchinhos no Rio Grande do Sul (1896-2021)**. Caxias do Sul: Editora São Miguel, 2022. (1ª Edição).